Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

6. VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

MANAUS, 16 DE JULHO DE 1965.

NO PALÁCIO RIO NEGRO, DURANTE O BANQUETE QUE LHE FOI OFERECIDO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS.

Ser-me-á sempre agradável voltar ao Amazonas, que ninguém poderá conhecer sem guardar indelével impressão, tantas as singulares e extraordinárias condições que possui. Maior, entretanto, a minha satisfação ao retornar ao Amazonas renovado pela Revolução.

Na realidade, e a exemplo do que ocorreu em outras unidades da Federação, precisou o Movimento de 31 de Março intervir vigorosamente, conforme previsto na Legislação, para pôr côbro a um estado de cousas incompatível com os princípios e objetivos que o haviam inspirado e são o norte invariável do Govêrno. Pode ser mesmo constatado que quanto mais pobre a região, mais é acessível à violência e à corrupção, que, não raro, chega a ser apresentada e aceita como dádiva generosa dos que a colocam a serviço das ambições políticas. E dos males que daí decorrem, comprometendo tôda a vida administrativa, econômica e social da comunidade, quase não será necessário dizer, tanto são notórios.

Devemos, entretanto, acentuar que será impossível implantar duradouramente os postulados da Revolução se não atentarmos cuidadosamente para a esfera estadual, autônoma e sob muitos aspectos mais importante do que a União. Em que pesem as largas possibilidades do Govêrno Federal, é aos Estados que compete o trato mais direto e imediato com as populações, que, inevitàvelmente, dêle recebem o influxo e a orientação. Daí a atenção que continuam a merecer os Estados por parte da União, cuja obra de soerguimento nacional seria impossível sem profundas

modificações no estilo, nas concepções e nos objetivos das administrações estaduais.

Apesar da difícil fase que vão transpondo as finanças do País, tem o Govêrno Federal procurado ser um elemento de estímulo e ajuda às administrações locais, ainda hoje sem recursos adequados para as grandes e urgentes tarefas a seu cargo. Não se têm mesmo poupado esforços e sacrifícios. E, consideradas as possibilidades do erário federal e as necessidades dos tesouros estaduais, ninguém poderá afirmar que a União tem sido surda ou indiferente aos reclamos das unidades da Federação. Bem expressivos, acredito, seriam os números que poderia aqui alinhar e que diriam do que, por iniciativa ou autorização da União, tem sido propiciado aos Estados através dos vários organismos de crédito de responsabilidade federal.

A êsse respeito não poderá haver queixas. Estas, se porventura existem, decorrem certamente da maneira por que devem funcionar normalmente nossas instituições políticas, que, graças a longo processo de aperfeiçoamento, dia a dia se libertam de antigos hábitos, que não representavam as melhores práticas do sistema federativo. Natural, portanto, que, a exemplo do que ocorre em todos os períodos de transformação, também surjam os inconformados, muitos dêles imbuídos dos melhores propósitos e também cheios de idealismo.

Quanto à presença da União por todo o território nacional, dentro daqueles objetivos de ajudar a cada qual das unidades da Federação, é que a ninguém será dado pôr em dúvida. Se, por exemplo, tomarmos como ponto de referência o próprio Amazonas, durante tanto tempo relegado a verdadeiro descaso por parte dos órgãos federais, significativos são os dados existentes, e entre os quais se pode mencionar auxílio do atual Govêrno num total de dois bilhões de cruzeiros.

O Ministério da Saúde, cuja ação é tão reclamada pela população amazonense, deverá empregar aqui, no corrente exercício, dois bilhões e meio de cruzeiros, importância esta em boa parte destinada às campanhas profiláticas contra o tracoma, a bouba, o bócio, a ancilostomose e a malária, já que sòmente para a erradi-

cação desta última estão previstos 360 milhões de cruzeiros. Para os serviços de saúde e pequenos saneamentos estão reservados um bilhão e meio. O combate à lepra e à tuberculose consumirá mais de duzentos e cinqüenta milhões; e os serviços hospitalares contam com verbas num montante superior a duzentos milhões. Mais de quatrocentos milhões irão contribuir para o serviço de abastecimento de água de treze cidades do Amazonas, dentre os quais deverão ser concluídos ainda êste ano os de Humaitá, Eirunepe, Benjamim Constant, Manacapuru e Maués. E a êsses índices, já bem expressivos, poderemos acrescer ainda vinte e quatro postos e subpostos da Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública, hoje incorporada ao Ministério da Saúde.

Mas, se daí nos voltarmos para o Ministério da Educação não será menos marcante a ação do Govêrno Federal. Bastará considerar-se que enquanto, em 1962, o Plano Nacional de Educação reservava para o Amazonas menos de sessenta milhões, estão previstos para 1965 seiscentos milhões, ou seja um aumento superior a 500 por cento. Iniciativa de relêvo, e da qual será de esperar resultados altamente satisfatórios, são os cursos de aperfeiçoamento de professôres leigos já em pleno funcionamento nas cidades de Manaus, Coari, Paratins, Maués, Careiro e Manacapuru, algumas delas em regiões as mais remotas, e nas quais já se conta com cêrca de mil inscritos. Outrossim, além de quadruplicada a verba destinada à Merenda Escolar, cuida o Ministério da implantação de escolas nas regiões fronteiriças, numa realização cujo alcance salta aos olhos, se considerarmos as peculiaridades do Amazonas em matéria de fronteiras, que, além de mais numerosas do que as de qualquer outro Estado, estão em regiões ínvias e de baixo índice populacional. E também não é de omitir a crescente ajuda à Universidade do Amazonas, cuja importância, no desenvolvimento da Região, podemos ter como imprevisível, tantas as funções que deverá desempenhar.

Se desenvolve tão grande esfôrço no sentido de auxiliar os Estados, é por estar o Govêrno Federal inteiramente convencido de que o progressivo desenvolvimento material também contribuirá grandemente para a elevação dos padrões morais da administração.

De fato, no momento em que os atuais rumos da Revolução ganharem corpo e se implantarem definitivamente na vida estadual, não há dúvida de que enorme passo terá sido dado no sentido da melhoria das condições gerais das populações, tantas vêzes vítima indefesa de maus governantes, sempre dispostos a atirar sôbre a União os males nascidos do desmando ou da incapacidade dos administradores. Não se há de querer milagres. Mas não será pedir demais desejar um mínimo de espírito público e de honestidade na gestão dos negócios estaduais, condições a que se há de somar um senso de medida, a fim de que cada qual se atenha às suas possibilidades.

No particular, não é de esquecer o que tem decorrido da imoderada política do empreguismo, em regra destinada a alimentar máquinas e oligarquias políticas, e jamais preocupada com as possibilidades do erário, ou a competência e necessidades do funcionalismo. Fato tanto mais grave quando bem sabemos sòmente ser possível alcançarmos eficiente administração com funcionários competentes, identificados com o propósito de bem servir e justamente remunerados.

Devemos, aliás, reconhecer que o Govêrno Federal não está indene a tais distorções, embora já grandemente atenuadas. Daí, por sinal, a ênfase que pretende dar, no plano da Reforma Administrativa a ser enviada ao Congresso Nacional, ao problema da formação e aperfeiçoamento do pessoal. Cumprirá assim o Estado o indeclinável dever de oferecer ao servidor público, em contrapartida de seu eficiente desempenho, tôdas as possibilidades de progresso funcional com base no aperfeiçoamento e na especialização. A reforma terá destarte a sua pedra de toque na idéia de ser o servidor público, no seu quase anonimato, a base da eficiência na administração. Não deixarei, porém, passar a oportunidade para reconhecer a compreensão e apoio do funcionalismo em face do programa financeiro, que tem impedido a revisão dos níveis de vencimentos. Também não hesitará o Govêrno em propor medidas nesse sentido, logo que o permitam as condições do Tesouro Nacional.

Nem outra orientação desejaríamos para o campo estadual, onde em muitas ocasiões têm sido inteiramente sacrificados os

planos administrativos pela quase total absorção da receita pela remuneração de copioso corpo de funcionários.

Senhor Governador: algum tempo antes de assumirdes o pôsto a que fôstes elevado entre as esperanças dos amazonenses, escrevestes que a Amazônia era um mundo por descobrir. Acentuastes então, com a agudeza e o conhecimento de um espírito há muito voltado para os graves problemas da região, os muitos viajantes que, desde o sábio La Condamine, cortaram a famosa Hiléia, e o quanto há ainda por conhecer, explorar e preservar. Mas, não adivinhastes que, em pouco, também vos tocaria ser um dos descobridores da Amazônia, em cuja história já vos integrais por haver demonstrado a possibilidade de uma eficiente administração, exclusivamente voltada para o bem público, apesar dos modestos recursos orçamentários.

Realmente, apesar da brevidade da vossa administração, ela já se assinala por numerosos serviços, alguns dos quais, como a rodovia Manaus-Itacoatiara, representam velho sonho, que muitos acreditavam jamais realizado. Não é breve a lista do que já se fêz em vossa gestão, que, como ocorre com as de outros Estados, prova quanto se pode construir com pequenas verbas, quando bem e honestamente aplicadas. Tornou-se assim o Govêrno do Amazonas um exemplo de planejada e proba aplicação da receita do Estado, e do que lhe vem da colaboração federal. E, dentro dessa boa norma, jamais pretendeu transacionar com recursos e verbas com objetivos de ordem política ou pessoal, a fim de angariar efêmero prestígio.

Bem compreendestes que, sobretudo dentro da vastidão do Amazonas, onde nenhuma cifra bastaria para atender a todo o território, seria indispensável acurado planejamento que permitisse estabelecer zonas e serviços prioritários, que se deverão transformar, gradativamente, em núcleos de irradiação para as demais partes do Estado. Essa a razão de ser do vosso "plano bienal", estruturado sôbre a realidade do Amazonas, e cujos primeiros frutos já começam a ser recolhidos pela população. E o que vos posso assegurar, ante o esfôrço da vossa administração, é o empenho do Govêrno Federal, na medida das suas possibilidades, em

vos ajudar a levar a bom têrmo as louváveis proposições contidas naquele planejamento. Sòmente assim, mediante uma ação convergente da União e do Estado, será possível atender as graves e importantes questões que decorrem da disparidade entre a vastidão territorial e o reduzido número de habitantes. Já se disse ser o povoamento o problema principal do Amazonas. E não há dúvida de que sòmente propiciando convenientes condições de vida poderemos ver aumentados os perigosos níveis atuais. Na realidade, vencer tais circunstâncias é o vosso objetivo. Outro não poderá ser o da União. E acredito que juntos poderemos plantar aqui uma boa semente para as gerações de amanhã.

Ao concluir estas breves palavras, que dizem muito pouco do que há por tratar dêsse imenso mundo que é o Amazonas, desejo, Senhor Governador, não sòmente agradecer-vos, bem como aos amazonenses, a acolhida que me dispensaram, mas, principalmente, testemunhar-vos o aprêço e o interêsse com que o Govêrno Federal acompanha a vossa honrada e profícua administração.